



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

**PRESIDENTE: SANDRA SANTANA**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 12/12/2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Suspensão

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana)** – Bom dia a todos. Declaro abertos os trabalhos da 17ª audiência pública de 2023 que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza, hoje, em 12 de dezembro.

Esta audiência pública foi convocada para discutir e instruir o PL 332/2023, de autoria do Executivo, Ricardo Nunes, que altera as Leis nº 17.332, de 24 de março de 2020, e nº 17.577, de 20 de julho de 2021, e dá outras providências. [Ampliação dos incentivos a perímetro pertencente à região central da cidade, a fim de promover a requalificação cultural, econômica e artística da região].

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida pelo *site* e pelo canal da Câmara Municipal de São Paulo, no YouTube, e que a realização desta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade*, desde 7 de dezembro, e nos jornais *O Estado de S.Paulo*, em 8 de dezembro, e *Folha de S.Paulo*, em 11 de dezembro.

As inscrições para participação do público ficaram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde 8 de dezembro, devendo os inscritos pelo *site* participarem pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a Secretaria da Comissão. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Foram convidadas para esta audiência pública as Secretarias Municipais da Casa Civil, da Fazenda, de Urbanismo e Licenciamento, das Subprefeituras; e a Companhia de Engenharia de Tráfego, CET.

Suspendo por um minuto.

- Suspendos, os trabalhos são reabertos sob a presidência da Sra. Sandra Santana.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana)** – Reaberta a nossa audiência pública, agora com a presença da Sra. Denise, Chefe de Gabinete da Secretaria da Casa Civil.

Não sei se você conseguiu acompanhar, mas já fizemos a leitura inicial. Você

gostaria de se manifestar neste momento?

**A SRA. DENISE SOARES RAMOS (KIKI)** – Queria apenas agradecer, de novo, a oportunidade de estar aqui, Presidente Sandra. Nós estamos finalizando a elaboração de um substitutivo que deve ser apresentado ainda hoje para vocês, Vereadores.

Nós estamos tentando melhorar ainda mais as condições do projeto de lei para viabilizar não apenas os benefícios que a gente já tinha colocado, como a isenção de IPTU e outras demandas.

Acredito que a gente vai finalizar esse texto, apresentar para os Vereadores e conseguir encaminhar a votação ainda nesta semana ou no mais tardar na semana que vem, a critério da Câmara.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana)** – OK. Muito obrigada, Denise.

Agora, passo a palavra aos inscritos de forma virtual. O primeiro é Fabio Traldi Augusto Silva. Está presente? Não. Bruno Gavina Vergueiro. Também não. Wilson Roberto Macedo Junior. Não. Carlos Renato de Araújo. Também não. Luciana Cury. Também não.

Encerrados os inscritos de forma virtual, pergunto se algum dos presentes nesta audiência pública gostaria de se manifestar.

Com a palavra, Fábio Redondo Negreira, Vice-Presidente do Pró-Centro, por cinco minutos, porque só tem você.

**O SR. FÁBIO REDONDO NEGREIRA** – É rápido. A gente recebeu a minuta achando que não tinha as alterações e as sugestões que o Pró-Centro havia proposto. Mas como a Kiki falou que está em análise, quero apenas reafirmar a importância de tentar avançar nos incentivos, principalmente em relação ao ISS no destino, na atividade-fim, porque isso vai trazer muito benefício para a região, como emprego, renda.

O IPTU é uma questão importante, mas a gente prefere que a isenção seja colocada na atividade, porque gera emprego, movimento na região; traz mais pessoas para a região e isso vai dar um salto muito maior do que simplesmente dar o benefício no IPTU ou somente na obra.

É somente para reafirmar, porque a gente ficou preocupado achando que não tinha

as alterações, mas fico feliz em ouvir que a Casa Civil ainda está analisando o texto e que ainda pretende alterar.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana)** – Obrigada, você. Olha, sem procuração alguma, porque eu não tenho, mas eu vou dizer o seguinte: o Prefeito Ricardo Nunes é uma das pessoas mais preocupadas em atender, em ouvir e encaminhar as demandas que vêm através das audiências públicas, porque ele sabe que aqui vocês trazem contribuições que são muito importantes para melhorar o dia a dia da cidade.

A gente sabe que nem tudo é possível de atendimento, até porque poderia recair em situações de renúncia fiscal sobre o Prefeito, geraria processos, enfim, mas a Casa Civil, e a Kiki deixou bem claro aqui, ainda está construindo esse substitutivo, com base nas audiências públicas anteriores que nós fizemos, com as sugestões que vocês trouxeram. E eu tenho certeza de que esse substitutivo vai chegar contemplando o máximo possível de tudo o que foi solicitado aqui.

E com isso, declaro realizada a audiência pública do PL 332/2023.

Estão encerrados os nossos trabalhos, por hoje.